

## DEBATES SOBRE APLICAÇÃO DA NOVA LEI QUE PROÍBE USO DE CELULARES EM ESCOLAS

A recente sanção da lei federal que proíbe o uso de celulares em escolas públicas e privadas do Brasil, abrangendo tanto salas de aula quanto períodos de recreio e intervalos, tem gerado debates sobre sua implementação prática. Embora os dispositivos permaneçam permitidos para fins pedagógicos, ou seja, quando autorizados pelos professores como ferramentas educacionais, a aplicação efetiva das restrições varia entre as redes de ensino.

Experiência no Rio de Janeiro  
No município do Rio de Janeiro, um decreto de agosto de 2023 já estabelecia a proibição do uso de celulares nas escolas. O secretário de Educação, Renan Ferreirinha, relata que a medida trouxe resultados positivos:

“Tem uma percepção dos diretores dizendo para a gente como os recreios voltaram a ficar mais barulhentos, como voltaram a ter mais pegada de escola. O que se estava observando era que os recreios estavam ficando com as crianças isoladas nas suas próprias telas sem ter uma interação uns com os outros. Isso é muito sério. A gente voltou a ter essa maior interação na hora do recreio.”



As escolas cariocas possuem autonomia para definir a melhor forma de aplicar a regra. Algumas permitem que os alunos guardem os celulares em suas mochilas, enquanto outras optam por recolher os aparelhos durante o período

escolar. Ferreirinha destaca a importância do diálogo com a comunidade escolar para o sucesso da iniciativa.

Desafios no Ceará

No estado do Ceará, a Lei 14.146, de 2008, já proibia o uso de celulares e outros

dispositivos eletrônicos nas escolas durante os horários de aula. Contudo, a secretária executiva do Ensino Médio e Profissional da Secretaria de Educação do Estado, Jucinei de Fernandes, reconhece que nem todas as instituições

conseguiram cumprir integralmente a medida, que acabou sendo deixada de lado. A nova legislação federal traz à tona a necessidade de revisar e fortalecer essas políticas.

Desafios e Perspectivas  
Especialistas apontam que

a implementação eficaz da proibição enfrenta desafios significativos. A principal justificativa para a nova lei é proteger as crianças e adolescentes dos impactos negativos das telas para a saúde mental, física e psíquica. No entanto, a adaptação dos alunos, acostumados ao uso constante de dispositivos eletrônicos, requer estratégias de conscientização e engajamento de toda a comunidade escolar.

A experiência internacional mostra que países como França, Espanha, Grécia, Dinamarca, Itália e Holanda já possuem legislações que restringem o uso de celulares em escolas. No Brasil, pesquisas indicam que a maioria da população apoia medidas semelhantes. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva e pela QuestionPro revelou que 80% dos adultos acreditam que o uso de celulares nas escolas deve ser proibido.

A aplicação uniforme da lei em todo o território nacional exigirá esforços coordenados entre gestores, educadores, alunos e famílias, visando equilibrar os benefícios pedagógicos da tecnologia com a necessidade de manter o foco e a interação social no ambiente escolar.

## DEVIDO A PROMESSAS DE TRUMP: EMPRESAS PODEM MIGRAR PARA BRASIL

A recente posse de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos trouxe à tona discussões sobre possíveis realocações de investimentos globais.

Alguns setores econômicos estão avaliando a transferência de suas aplicações dos EUA para outros mercados, incluindo o Brasil.

As políticas econômicas de Trump, caracterizadas por um forte viés protecionista, buscam incentivar a produção interna dos

EUA por meio de medidas como aumento de tarifas sobre produtos importados. Essa abordagem visa reduzir o déficit comercial e fortalecer a indústria doméstica. No entanto, tais medidas podem desencorajar investimentos estrangeiros no país.

Diante desse cenário, empresas de diversos setores

estão reconsiderando suas estratégias de investimento. A indústria siderúrgica, por exemplo, pode ser diretamente afetada pelas novas tarifas. Empresas brasileiras como a Gerdau, que possui 11 unidades de produção de aço nos EUA e Canadá, veem as políticas de Trump como uma oportunidade para aumentar a demanda interna por aço, beneficiando suas operações na América do Norte.

Por outro lado, setores como o agronegócio brasileiro podem enfrentar desafios. A valorização do dólar, decorrente das políticas econômicas dos EUA, pode impactar as exportações brasileiras, tornando-as menos competitivas no mercado internacional. Com as possíveis barreiras comerciais nos EUA,

o Brasil surge como uma alternativa atraente para investidores que buscam mercados emergentes com potencial de crescimento. A diversificação geográfica dos investimentos pode mitigar riscos associados a políticas protecionistas e aproveitar oportunidades em economias em desenvolvimento.

Especialistas apontam que, embora as políticas de Trump possam beneficiar setores específicos nos EUA, como a indústria e os bancos, países emergentes como o Brasil devem se preparar para possíveis impactos negativos. A estratégia de “Make America Great Again” visa fomentar a economia americana, possivelmente em detrimento de outras nações. Em resumo, as mudanças na política econômica



dos EUA sob a liderança de Donald Trump estão levando empresas e investidores a reavaliar suas estratégias globais. O Brasil,

com seu vasto mercado e recursos, pode se beneficiar dessa realocação de investimentos, desde que adote políticas que promo-

vam um ambiente econômico estável e atraente para o capital estrangeiro.



## HOMEM É PRESO E MULTADO APÓS ABANDONAR FILHOTES DE GATO EM SACO PLÁSTICO

Em Tarabai (SP), um homem de 60 anos foi detido e multado em R\$ 12 mil por maus-tratos, após abandonar quatro filhotes de gato vivos dentro de um saco plástico. A ação foi flagrada por um vizinho, que acionou a Polícia Militar Ambiental ao presenciar o momento em que o indivíduo deixou o

saco com os animais em uma residência no Jardim das Acácias. A Polícia Ambiental autuou o responsável em flagrante e o encaminhou à Delegacia Participativa de Presidente Prudente (SP), onde ele ficou à disposição da Justiça. Um Auto de Infração Ambiental foi emitido no valor de R\$ 12

mil pela prática de maus-tratos contra animais domésticos. Os quatro filhotes foram deixados sob a tutela da esposa do homem, conforme determinação dos agentes. A Polícia Ambiental reforça a importância de denunciar maus-tratos pelo 190 e conscientiza sobre a proteção aos animais.



